REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 4, n. 1 - Edição Especial - 2018
Missões

SERVIÇO SOCIAL E O CAMPO DA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA CULTURA DE PAZ

SOCIAL WORK AND THE FIELD OF EDUCATION: CONTRIBUTIONS TO A CULTURE OF PEACE

Simone Barros de Oliveira[1]
Adriana Hartemink Cantini[2]
Ana Carolina Vaz dos Santos[3]

Resumo: Este artigo tem por objetivo desvendar a interface da cultura de paz com o Serviço Social enquanto profissão inserida no campo da educação. Enfoca no processo de trabalho do assistente social, explicitando a convergência de princípios e valores da cultura de paz com o projeto ético-político profissional do Serviço Social. Nesse sentido, o processo de trabalho dos/das assistentes sociais que é direcionado sob a perspectiva da busca da garantia de direitos, da igualdade e do respeito aos direitos humanos, que por sua vez é desenvolvido de forma interdisciplinar vai ao encontro do conceito de paz que se constrói pela superação das realidades opressivas e busca constante da justiça social.

Palavras-chaves: Educação; Cultura de Paz; Serviço Social; Interdisciplinaridade.

Abstract: This article aims to unveil the interface of the culture of peace with the Social Work as a profession inserted in the field of education. It focuses on the work process of the social worker, explaining the convergence of principles and values of the culture of peace with the professional ethical-political project of Social Work. In this sense, the work process of the social workers that is directed from the perspective of the search for the guarantee of rights, equality and respect for human rights, which in turn is developed in an interdisciplinary way, meets the concept of peace which is built by overcoming the oppressive realities and constant search for social justice.

Keywords: Education; Culture of Peace; Social Work; Interdisciplinarity.

[1] Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Doutora e mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, líder do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira Unipampa/CNPQ. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa Unipampa/CNPQ. Mediadora, conciliadora e facilitadora judicial. E-mail: simoneoliveira@unipampa.edu.br
[2] Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Doutora em Direito pela USAL (Universidade de Salamanca - ES). Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Especialista em Formação de Professores em Direito e Legislação e Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Advogada, mediadora e conciliadora judicial. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira Unipampa/CNPQ, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa Unipampa/CNPQ. E-mail: adrianacantini@unipampa.edu.br
[3] Graduada em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior Santo Ângelo. Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação Direitos Humanos e Fronteira Unipampa/CNPQ. E-mail: anacarolina.vaz13@gmail.com

INTRODUÇÃO

A cultura de paz vem sendo considerada no mundo acadêmico como um paradigma emergente. O conceito de cultura de paz foi criado por Johan Galtung na década de 50 do sec.XX a partir do desenvolvimento de estudos e pesquisas. Entre os diferentes conceitos de cultura de paz, há o que reconhece a paz, como algo que tem raízes sociais, econômicas e políticas a partir de uma base cultural. Considera-se a educação formal e não formal como o principal meio para alcançá-la. Através da educação e paz, busca-se no dia a dia aprofundar valores, reconstruir conceitos na perspectiva de mudar ações. O lócus de discussão deste artigo e o ambiente escolar, dessa forma, o objetivo do emprego da educação para a paz dentro das escolas, vai além de suas paredes, como prática diária - como no trato dos familiares, amigos e colegas - está nos sentimentos de fraternidade e solidariedade entre os alunos, na capacidade de resolver conflitos de modo não violento, aprender a respeitar as diferenças, desenvolver a tolerância durante a convivência, mediatizadas pela atuação profissional do Serviço Social na interlocução com outros atores sociais. A contribuição de uma equipe interdisciplinar vem ao encontro da necessidade de uma escola que se desenvolva em processos de cidadania valorizando as diferenças, reconhecendo a singularidade dos seres humanos. Tem-se neste contexto, a necessidade de um novo olhar para as demandas oriundas do cotidiano escolar, uma educação que vá além da reprodução do conhecimento no aluno através do professor, onde os ambientes escolares se criam para alguns e não para todos de forma incondicional, principalmente onde se trabalha ainda com uma educação bancária.

Parte-se do princípio de inclusão social, considerando as diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais, pois vivemos numa realidade múltipla e complexa que ultrapassa os muros da escola. Nesse sentido, é necessário a escola trabalhar no sentido de uma cidadania que reconheça as diferenças mencionadas acima, bem como a singularidade dos seres humanos. Assim como o grande educador Paulo Freire, é possível acreditar que através de diferentes maneiras pode-se ter "uma escola pública realmente competente, que respeite a forma de estarem sendo seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem" (FREIRE, 2001, p. 42). Ressalta-se nesta produção uma atuação profissional que protagonize a educação como movimento dinâmico alcançando,

profissionais de áreas diversas, organizações, pessoas e instituições, praticando o exercício da humanidade e de superação de pessimismo e fatalidade.

SERVIÇO SOCIAL: Trabalho interdisciplinar e o campo da educação

Os desafios de nossa sociedade nos dias atuais nos levam ao encontro de diferentes realidades e espaços profissionais, um deles é na politica pública de educação básica. A escola é sem dúvida um espaço rico em aprendizado e desafiador na busca de alternativas para a prevenção da violência e diminuição da exclusão social. Processos que atingem atualmente tanto escolas públicas como escolas privadas, mudando apenas as formas para enfrentar esses desafios, que variam de uma realidade para outra. Os novos rumos da educação no país vêm redefinindo a amplitude do campo educacional, compreendendo-a como uma totalidade. Segundo Almeida (2000, p. 21), encontra-se na agenda nacional um novo projeto de educação em nosso país que possibilita uma transformação societária onde, a educação escolarizada se aproxima das necessidades sociais, políticas e ideológicas. A política educacional se constitui campo de atuação do Estado que influencia a vida social, a partir do momento em que se universaliza o acesso a ela. Embora o campo educacional ainda não se constitua uma ampliação do mercado de trabalho para nossa categoria profissional, percebe-se que as/os assistentes sociais vêm definindo este espaço como possibilidade viável de intervenção, tornando a política de educação como parte de sua atuação, a partir da ampliação do conceito de educação, na perspectiva das mudanças societárias (ALMEIDA, 2000, p. 22). Essas mudanças apontam neste espaço a necessidade de discutir de forma interdisciplinar categorias importantes como violência, prevenção, cultura de paz, cidadania, direitos humanos, família, sociedade, política, entre outras. Estes elementos fazem parte do cotidiano da ação profissional do Serviço Social e a escola se encontra impotente e limitada para intervir nas expressões da questão social, presentes no cotidiano escolar. Dessa forma, o campo educacional passa a ter um novo significado para categoria profissional dos/das assistentes sociais, na perspectiva do fortalecimento do papel da escola como um lócus na garantia dos direitos das crianças e adolescentes e no enfrentamento das desigualdades.

São muitas as possibilidades de intervenção profissional, segundo Alessandrini (2001, p.27), “O Serviço Social entre outras profissões, atua no âmbito das relações sociais, sejam interpessoais, institucionais ou comunitárias”. Esta profissão pode desenvolver trabalho

voltado para articulação da política de educação com as demais políticas públicas; prestação de assessoria a orientadores educacionais e a professores, com questões relativas ao conjunto das expressões da questão social; assessoria a segmentos da comunidade escolar, entre outros, (ALESSANDRINI, 2001, p. 26). Diante das diversas possibilidades, trabalha-se com o recorte da prevenção da violência, foco de nossa temática, a partir da intervenção interdisciplinar do Serviço Social.

Constituem processos de trabalho, a potencialidade que o ser humano tem de trabalhar sobre uma matéria utilizando-se de instrumentos para desenvolver sua atividade. A partir do trabalho, o ser humano domina a natureza e demonstra sua atividade criadora, fazendo do trabalho uma atividade prática e ao criar e recriar relações sociais, ao pensar e transformar o real de forma crítica e criativa, ao fazer escolhas alternativas distintas, demonstra ser cada vez mais um ser dotado de liberdade (SIMIONATTO, 1998, p. 10). Para a mesma autora, são constitutivos do processo de trabalho: o próprio trabalho; o objeto sobre o qual se trabalha, considerando aí, a matéria-prima; os meios de trabalho, ou instrumental de trabalho, e o produto do trabalho ou resultado do processo de trabalho, correspondente ao valor de uso (SIMIONATTO, 1998, p. 11-12).

Segundo Couto (1999), são tarefas importantes no processo de trabalho do/da assistente social, a formação de aliança com entidades, usuários e outros profissionais, pois o trabalho partilhado com outros profissionais é fundamental para a interdisciplinaridade; construir estratégias de forma coletiva frente aos limites impostos pelas políticas sociais e políticas públicas; propor processos de elaboração de cursos de capacitação para o enfrentamento das dificuldades geradas no cotidiano; desenvolver trabalhos com grupos e comunidades através de planejamento e avaliações sistemáticas, buscando a emancipação e autonomia desses grupos; bem como desenvolver pesquisas, pois a investigação faz parte do cotidiano da sua ação profissional e subsidia sua intervenção. Nesta perspectiva, os profissionais do Serviço Social ao compreenderem a importância de entender a totalidade e de inserir-se no movimento da sociedade, podem contribuir qualificadamente na construção e elaboração de políticas sociais e de políticas públicas, nos diferentes contextos em que se insere.

A questão social, que entra no cenário mundial por volta de 1830, com o aparecimento do proletariado que reinvidicava direitos, é expressão histórica, fruto do antagonismo entre capital e trabalho. Segundo Iamamoto (2015), é também objeto da

profissão do Serviço Social e base fundante da profissão, como especialidade do trabalho coletivo. Sendo nossa matéria prima, é em seu enfrentamento que desenvolvemos a ação profissional. Como refere Iamamoto (2015, p. 28), "Questão Social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas se opõem e resistem". Para a autora, "apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano".

Para pensar esta profissão na sociedade contemporânea, é necessário ter olhos abertos para decifrar a realidade presente, e participar da criação do mundo contemporâneo. Isto significa ir além das rotinas institucionais, apropriando-se das possibilidades que se apresentam para atuação, transformando-as em projetos e fontes de trabalho. Por entender que a/o assistente social atua na e sobre a realidade é fundamental estar articulado com a realidade, o que se constitui para a profissão um constante desafio. Isto pressupõe, também, captar as inéditas mediações históricas que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que intervém o Serviço Social. Iamamoto (2015) fala de decifrar o movimento societário e situar o Serviço Social na dinâmica das relações entre Estado e sociedade. O documento que indica o rumo é o código de ética, um rumo ético-político que tem como valor central a ética e a liberdade, o que implica a autonomia, a emancipação e a plena expressão dos sujeitos sociais. Transformar espaços de trabalho, romper com o pragmático demanda competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Isto requer um profissional propositivo vinculado a um projeto de sociedade comprometido com o processo de criação de uma nova cidadania como estratégia política de gestão que se contrapõe ao culto do individualismo e à linguagem do mercado, iluminado por uma teoria social crítica. Isso demanda atualização permanente e o envolvimento constante com a pesquisa e capacitação profissional. O Serviço Social tem tido uma preocupação constante de enfrentar junto com a sociedade questões referentes à democracia, cidadania e direitos sociais. Sobretudo observar as mudanças que levam a descortinar novas competências profissionais.

Para Serra (2001, p. 151 e 157), as mudanças no mundo do trabalho estão se processando desde as últimas décadas do século anterior interferindo no tecido social. No dizer de Serra, com o processo de globalização do capitalismo, o mundo do trabalho tende a tornar-se cada vez mais global, em decorrência disso surge o trabalho coletivo. Essa realidade

vigente faz com que o profissional do Serviço Social se qualifique de acordo com as tendências do mercado de trabalho, inserindo-se em novos espaços profissionais.

A utilidade de uma profissão está relacionada com a capacidade que esta tem de compreender a realidade a partir da categoria totalidade que segundo Freire (2001, p. 179) "é uma categoria ontológica que corresponde à natureza de toda realidade social. Ela se expressa na dinâmica das relações dessa realidade, como processo nunca totalizado", ou como no dizer de Cury (2000, p. 36), " a totalidade não quer dizer todos os fatos, nem a soma de partes [...] a totalidade é aberta e está sempre em processo no seu desenvolver".

O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão eminentemente educativa, inscrevendo-se em atividades que incidem na formação da cultura, como elemento constitutivo de relações sociais hegemônicas (ABREU, 2002, p. 66). O exercício profissional dos Assistentes Sociais seja ele em espaços diversificados, deve ter a preocupação com a qualidade dos serviços prestados e o respeito aos usuários, pois nossa inserção em processos de trabalho não se resume no plano imediato, mas tem em vista a transformação da realidade (SIMIONATTO, 1998, p. 41). Neste sentido, o Serviço Social caracteriza-se por ser uma ação educativa e política, movida pela indignação frente às expressões da Questão Social e a esperança frente aos processos de resistência. Neste sentido, compartilhamos das reflexões de Giroux (2003, p. 53) de que

> [...] a política não é apenas feita no terreno da imaginação e do desejo, mas também se baseia nas relações de poder mediadas através do resultado de lutas dedicadas à criação de condições de possibilidades para que as pessoas tornem-se agentes políticos criticamente engajados.

Para Iamamoto (2015, p. 57), o Serviço Social constitui-se uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira e considera a Questão Social como matéria-prima de nosso trabalho, o que nos desafia a "apreender o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho", vendo a profissão como "especialização do trabalho na sociedade". Reconhecendo que o "chão comum tanto do trabalho quanto da cultura profissional é a história da sociedade", que provoca e questiona os/as assistentes sociais na formulação de respostas, decifrando a "gênese das desigualdades sociais", indissociáveis da concentração de renda que é o "verso da violência e da exclusão social" (IAMAMOTO 2015, p. 58-59). Em tempos marcados por tipos diversos de dificuldades expressas em múltiplas expressões da questão social, é considerável olhar para essas mudanças de forma cuidadosa,

articulando o projeto profissional ao contexto onde estamos inseridos profissionalmente com ações inovadoras, mas reconhecendo as reais demandas da população, o que requer dos/das assistentes sociais, não apenas uma escuta sensível e análise da realidade, mas principalmente competência teórica, técnica e política.

A partir de uma ação interdisciplinar e interinstitucional, o Serviço Social acredita na possibilidade de transformar realidades conflitivas e por vezes violentas, em realidades mais harmônicas, possíveis de convivência saudável, por intermédio da intervenção a partir de uma mediação que no dizer de Ortega e Del Rey (2002, p. 147), tem sentido no marco institucional quando se restaura o diálogo, a comunicação e consequentemente as relações.

O profissional do Serviço Social, diante das múltiplas expressões da questão social que se materializa na desigualdade social, identificada pela falta de acesso à saúde, trabalho, educação, habitação, lazer etc., usa algumas estratégias para intervir em meio a essa realidade. A leitura crítica da realidade deve estar sempre presente no processo de trabalho do/da assistente social, pois ela possibilita decodificar as demandas existentes, de forma crítica, responsável e cuidadosa no que diz respeito à vida e história do usuário dos serviços. A documentação, parte importante do processo de trabalho não deve ser vista apenas como preenchimento de itens, mas pensada como parte de processo que tenha continuidade e priorize a interlocução entre a instituição, o usuário e o profissional, condutor do processo (OLIVEIRA, 2006). Para um bom desenvolvimento profissional, é necessário o instrumental operativo, que faz parte de nosso processo de trabalho e do contexto das relações, devendo estar presente na prática a que nos referimos, pois

> Seja no âmbito institucional ou não, as relações de poder perpassam o cotidiano dos indivíduos e coletivos na particularidade do processo de fragilização de uma mediação das relações complexas que envolvem tanto a identificação social e cultural como a autonomia, a cidadania, a organização, a participação social (FALEIROS, 1997, p. 41).

A instrumentalidade no Serviço Social é primordial no exercício da profissão. Ela faz parte do cotidiano dos profissionais, independente da diversidade de campos de atuação. BATISTA (2002, p. 111) diz que o cotidiano é "o espaço privilegiado de intervenção profissional", e que este "é um ambiente material e de relações no qual o profissional deve se mover 'naturalmente' com uma pretensa intimidade e confiança, sabendo manipular as coisas, os costumes e as normas que regulam os comportamentos no espaço social e técnico. A

instrumentalidade faz parte do conjunto de ações objetivas, tendo em vista o que se quer, como se quer, para que se quer, trazendo em si a ideia de movimento da teoria articulada com a prática, de como se processa a demanda para operacionalizá-la.

Para Guerra (2000, p.53), a instrumentalidade em Serviço Social refere-se a "uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico". Portanto, é necessário desenvolver habilidades, pois uma efetiva intervenção depende não só do conhecimento aprendido, mas do saber fazer, o que diz respeito à competência operacional. A operacionalização efetiva é fundamental para alcançar os direitos sociais e caminhar para a inclusão social. Quanto aos requisitos para se ter competência profissional na atuação das políticas sociais, Matos (2004, p. 108) refere que fazem parte "o conhecimento da realidade e da história local, das entidades da sociedade civil, da política social e da legislação pertinente" e junto a isso, "o domínio dos instrumentos".

Para que se efetive a ação, principalmente no que diz respeito ao acesso às políticas sociais, nosso trabalho profissional deve ter uma finalidade. Cotidianamente o/a assistente social trabalha com as políticas sociais e a efetividade do seu trabalho manifesta-se como instrumento de transformação da realidade social em que vivem. Isso se evidencia na melhoria de vida da população que usufrui dos serviços, ou seja, os usuários de tais política. Para tanto, os objetivos devem estar bem definidos quanto ao objeto de intervenção do Serviço Social.

As expressões da questão social para intervenção interdisciplinar são extremamente amplas e diversas. Entendemos que é o modo de olhá-las que determina a postura reflexiva e crítica do agir profissional do profissional do Serviço Social. É necessário ler a realidade em seus diferentes aspectos, entre eles, os políticos, econômicos, culturais, religiosos, psicológicos e sociais, pois são fatores determinantes de nosso contexto social. A questão social faz-se presente de forma macro, mas reflete-se de forma micro, ou seja, no cotidiano de trabalho do/da assistente social, quando se deparam com as realidades concretas dos usuários dos serviços, que chegam com demandas bem específicas. Então, no atendimento a esses usuários, é perceptível que suas demandas estão relacionadas a um contexto amplo de sociedade que privilegia o capital. Diante disso não se pode esquecer de ter sempre presente a categoria totalidade e a partir dela fazer o movimento do particular para o universal, ou do universal para o particular. Para Batista (2002, p. 31), o objeto do Serviço Social para a

intervenção "é o segmento da realidade que lhe é posto como desafio, num conjunto de reflexões e proposições para a intervenção". A autora argumenta que

> [...] o objeto de intervenção vai se construindo e reconstruindo permanentemente no decorrer de toda a ação planejada, em função de suas relações com o contexto que o produziu, sendo modificado e se modificando permanentemente.

Esse conjunto de proposições a que a autora se refere constrói-se, em grande parte, a partir da demanda institucional, na qual a equipe profissional é desafiada, no cotidiano de sua ação, a reelaborar processualmente essa demanda, ou seja, por aproximações sucessivas da realidade institucional com a qual se defronta no dia-a-dia. Mas, para reelaborá-la, é necessário compreender o contexto da instituição e dos usuários, da realidade na qual ambos estão inseridos. Batista (2002, p. 32) pontua que

> [...] na prática a (re) construção do objeto da ação profissional é um processo que envolve operacionalização das demandas institucionais, da pressão dos usuários e das decisões operacionais.

É importante reconhecer as demandas e, a partir delas, criar alternativas concretas para sua resolução, valorizando o processo histórico, a partir de "princípios que procurem superar a exclusão social, a discriminação e o não atendimento aos direitos sociais" (BATISTA, 2002, p. 32). Faleiros (1997, p. 30) refere que

> [...] o objeto se constrói historicamente no real, na tensão permanente entre o sujeito da ação que transforma (e ao mesmo tempo se transforma) e o segmento da realidade a ser transformado.

Complementa dizendo que "o objeto de intervenção" se define nas relações de força, pois

> [...] as instituições passaram a ser vistas como local de lutas de poderes e o objeto de intervenção deve responder a um processo complexo de relações sociais em que se entrecruzam demandas políticas.

A realidade onde se exerce a ação profissional é na maioria das vezes ampla e complexa. Para entendê-la é necessário um olhar constantemente investigador. Para intervir

nessa realidade é necessário construir mediações e trabalhar com intencionalidade. É preciso construir objetivos, pois o cotidiano de uma instituição é muito dinâmico e sem finalidade corre-se o risco do trabalho do/da assistente social ser meramente tarefeiro, imediato. Segundo BATISTA (2002, p. 53), a questão imediata deve ser problematizada e decodificada, para que haja ação efetiva sobre a situação. Para isso, "é preciso conhecê-la como uma totalidade que tem diferentes dimensões e se relaciona com totalidades maiores". Considerando o cotidiano das instituições onde se dá o exercício da ação profissional, percebe-se que este, [...] ao mesmo tempo em que revela presenças ou ausências e aponta problemas, esconde a questão central, que está no fato de que essa realidade é historicamente determinada (BATISTA, 2002, p. 54). É no cotidiano do espaço de intervenção profissional que o/a assistente social vai identificando as demandas muitas vezes não reveladas num primeiro momento. Mas as aproximações sucessivas com a realidade vão revelando a necessidade de desvelar o que aparentemente ainda não foi identificado.

INTERDISCIPLINARIDADE: Desafios para atuação profissional

A categoria teórica da interdisciplinaridade, está presente no histórico da construção do conhecimento, segundo Teixeira e Nunes (2006), desde os sofistas gregos que tinham por característica a preocupação com a integração do conhecimento de forma articulada. Desse modo, a interdisciplinaridade tenta agregar a pluralidade dos conhecimentos e do saber fazer, valorizando as diferenças. A interdisciplinaridade é indispensável na prática de intervenções educativas. Rodrigues (2000) refere-se a ela como a promoção da troca de informações e de conhecimentos entre diferentes disciplinas, como uma ação transformadora, um saber que potencializa a ideia de caminhar no sentido de ultrapassar fronteiras num movimento que se estabelece "entre", "através" e para "além" das disciplinas onde a dinâmica se consolida na "coerência".

A interdisciplinaridade a partir da fundamentação de Morin (2002), pode ser entendida como diferentes disciplinas reunidas para afirmar seus próprios direitos, bem como significar, trocas de cooperação, transformando-se em algo orgânico. Para Teixeira e Nunes (2006), a interdisciplinaridade constitui-se uma ferramenta de contribuição numa equipe diversificada, tendo em vista diferentes tipos de formação como alternativas de intervenção. Ela deve abrir espaços para o trabalho coletivo, de forma que ultrapasse os limites das organizações público-estatais e entre nas instituições formadoras de indivíduos, ou seja;

sujeitos históricos coletivos. Para desenvolver trabalho interdisciplinar, há que se articular saberes diversos fundamentados em base teórica sustentada por uma prática, a partir dela, ousar e construir novos conhecimentos e saberes (OLIVEIRA, 2006).

A clareza do objeto de intervenção profissional é fundamental para se intervir na realidade social. Hoje, as mudanças macros societárias cada vez mais influenciam nas demandas profissionais, algumas se confirmam, outras se modificam. Conforme Gentilli (1998), a identidade do Serviço Social tem como base o processo de trabalho do/da assistente social, é ele que dá sustentação a partir do desenvolvimento das atividades dos profissionais. Este é "configurado por todo fazer profissional que abrange metodologias, arsenal técnico da profissão e estabelecimento de diretrizes de ação" (GENTILLI, 1998, p. 25). São as ações através do processo de trabalho, que organizam a profissão, a partir da singularidade dos sujeitos que a compõe. A prática do/da assistente social apresenta não apenas a capacidade de saber fazer, mas também uma posição política e ideológica permeada por uma intencionalidade, que colocada em cada intervenção leva o profissional a refletir sobre essas demandas, e, caso haja necessidade, reformulá-la, para que sua intervenção vá além das respostas imediatas (BASTOS, 2004). Isto pode ser entendido como a articulação dos eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que compõe os elementos da instrumentalidade do Serviço Social.

O Serviço Social realiza uma ação educativa que fortalece lutas e projetos sociais. Enquanto profissão interventiva participa da luta por direitos de cidadania. A direção social do trabalho do/da assistente social se explica no conjunto das relações existentes na trama social em direção às transformações societárias. A questão social exige do profissional do Serviço Social uma postura crítica constante diante da realidade social iluminada pelas categorias do método dialético crítico: historicidade, totalidade e contradição. Prates (2003) vem fundamentar que o/a assistente social busca construir uma nova identidade não mais endógena a partir da aproximação com o contexto histórico no qual está inserido e pelo compromisso ético-político que ele assume e que lhe é exigido pela sociedade. Esta nova identidade que vem sendo construída pela categoria reconhece a historicidade dos sujeitos como unidades dialéticas em permanente processo de autoconstrução. Cada vez mais faz-se necessário profissionais comprometidos com a transformação da realidade e superação dos processos sociais de exclusão e violação de direitos. No processo de trabalho do/da assistente social, Iamamoto (2015, p. 80) ressalta que é necessário:

> [...] uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe-se competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade, competência técnica e ética-política que subordine o como fazer ao que fazer, e este, ao dever ser, sem perder de vista seu encaixamento no processo social.

É muito importante reiterar que para atender a demanda da competência profissional e a construção de novas propostas, o trabalho precisa ser pautado e desenvolvido pelo exercício interdisciplinar. É fundamental que o profissional do Serviço Social esteja aberto a outros conhecimentos, outras experiências, superando a visão endógena indo além da sua área de saber e de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O/A assistente social é um(a) trabalhador(a) que desenvolve um processo de trabalho articulado aos demais trabalhadores das políticas sociais que se desenvolvem no cotidiano do trabalho, seja no campo da educação ou outros espaços sócio ocupacionais. Trabalho este, norteado por um projeto ético político presente no Código de Ética, na Lei de regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares que orientam a formação profissional. É importante a valorização do acolhimento como parte do processo de trabalho, saber ouvir constitui-se em uma das habilidades do/da assistente social, tornando sempre as ações do cotidiano, ações extraordinárias, pois é no cotidiano de suas ações que existem as possibilidades de transformação.

O campo da Educação Básica tem mostrado como uma necessidade histórica de atuação profissional, que ao encontro da educação para a paz que na sua gênese envolve aspectos relacionados à democracia, considerado requisito necessário para o exercício dos direitos humanos que tem por horizonte a ampliação da justiça social, assim como a prevenção contra qualquer tipo de violência no ambiente escolar. Tudo isso, através de um processo dinâmico que necessita de participação, de atitude positiva para com todos os seres, tomada de consciência da realidade e denúncia das injustiças. Particularmente na escola que é um ambiente onde um professor ensina conteúdos, conhecimentos e fórmulas aos alunos, é

necessário vê-la também como um espaço de formação de valores, de práticas democráticas e cidadãs. Superar a visão da escola apenas como transmissora de determinados é fundamental, reconhecendo-a como um agente transformador da sociedade. Este artigo demonstrou necessidade de uma politica pública de educação e ações profissionais interdisciplinares voltadas para uma cultura de paz, na perspectiva do enfrentamento da Questão Social e da exclusão através da busca da inclusão social através do respeito às diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais inerentes a uma realidade múltipla e complexa que ultrapassa os muros da escola.

Paulo Freire, ao referir-se ao trabalho pedagógico, sugeriu que professores e alunos fossem parceiros nas conquistas do conhecimento que emancipa a pessoa, através do entusiasmo, da alegria de ensinar e de aprender e da partilha da descoberta da curiosidade, cultivados numa relação pedagógica, onde o professor reviva a cada momento sua prática docente (FREIRE, 2000, p.103).

Nesse contexto de atuação profissional é fundamental o envolvimento da família com a escola, sendo necessário cada vez mais romper com as barreiras entre escola e família. Culpar a instituição familiar como a grande responsável pela indisciplina e pela violência das crianças na escola não contribui para resolver o problema. Outro aspecto básico é introduzir na comunidade a necessidade de cuidado do que é público, de todos, fazê-la sentir-se parte, identificada e naturalmente responsável pelo patrimônio e preservação da escola, que também é dela. A tríade família, escola e comunidade no compartilhamento dos processos sociais que impactam diretamente nas histórias de vida dos sujeitos, cada uma compreendida em seu momento histórico, determinado em muito pelo contexto de sociedade onde estão inseridos, juntos, poderiam buscar alternativas de transformação. Ocorre que muitas vezes a escola tem o papel de cobrança e não de construções coletivas em busca de soluções para as dificuldades que vivenciam no cotidiano escolar. Entende-se que escola precisa desempenhar papel político com o senso crítico necessário para formar cidadãos.

É através da educação para a paz e a democracia, que por vezes precisam ser valorizadas na escola, que se tem acesso primariamente a formas de participação ativa nos espaços, no exercício de tolerância, de justiça, de consciência do que é bom para todos, da compreensão do lugar do outro. No respeito mútuo é que podemos fazer mudanças na realidade através da articulação e cooperação, se pode fazer revoluções.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel de. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ALESSANDRINI, Margarete. **A inserção do assistente social na política educacional e na gestão da escola pública**. Revista Debates Sociais – Prêmio CBCISS Araxá 30 Anos – Número especial. Rio de Janeiro: 2001.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira**.** O Serviço Social na educação. **Revista Inscrita.** Mato Grosso: 2000, p. 19-24.

BAPTISTA, Miriam V. **Planejamento social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2002.

BASTOS, Karina R. P. O Serviço Social diante de novas demandas: questões sobre instrumentalidade e objeto de intervenção. **Fragmentos de cultura.,** v. 14, nº. 1, jan. 2004, p. 93-104.

CORREA, Rosâgela Azevedo. **Cultura, educação para, sobre e na paz**. In. MILANI, Feizi M. e JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. (Orgs). Estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

COUTO, Berenice Rojas. **O processo de trabalho do assistente social na esfera municipal**. In. Capacitação profissional em Serviço Social e política social. Reprodução social trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD,1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição:** elementos metodológicos para uma teoria do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 2000.

FALEIROS, Vicente P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.

GENTILLI, Raquel M. L. **Representação e práticas:** identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras, 1998.

GIROUX, Henry A. Pedagogia Crítica: Esperança sem Ilusões. Pátio. **Revista Pedagógica**. POA: Artmed, Ano VII nº25 fevereiro/abril 2003, p.52-55.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

MATTOS, Regina Celi C. Serviço Social na atualidade. **Goiânia: Fragmentos de Cultura**, v. 14, n. 1, jan. 2004, p. 105-114.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade:** os sete saberes e outros ensaios. In: Maria da Conceição de Almeida, Edgar de Assis Carvalho (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2002.

ORTEGA Rosário, DEL REY, Rosário. **Estratégias para a prevenção da violência**. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

OLIVEIRA, Simone Barros de. **Processo de trabalho do assistente social na perspectiva do desenvolvimento sustentável para uma cultura de paz no meio escolar**. Projeto de pesquisa Mestrado, FSS/PUCRS. Porto Alegre: Mimeo, 2006.

PRATES, **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Tese de Doutorado/FSS-PUCRS. Porto Alegre: Mimeo, 2003.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **Caminhos da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2002.

SERRA, Rose. **Trabalho e reprodução:** enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez,2001.

SIMIONATTO, Ivete. **Curso:** Formação Profissional: um projeto de atualização. Modulo I. Serviço Social e Processo de Trabalho. Florianópolis, 1998.

TEIXEIRA, Mary Jane O, NUNES, Sheila Torres. **A interdisciplinaridade no programa de saúde da família:** uma utopia? In. Saúde e Serviço Social. BRAVO, Maria Inês Souza [et al.] (Orgs). São Paulo: Cortez, UERJ, 2006.